Socialistas ibéricos e a unidade europeia no pós-guerra: 1946-1974

Autor(es): Sebastião, Dina Sofia Neves

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/35378>

DOI: DOI:http://dx.doi.org/10.14195/0870-4147_45_14

Accessed : 26-Apr-2023 16:31:24

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

45

REVISTA
PORTUGUESA
DE
HISTÓRIA

COIMBRA 2014

Socialistas ibéricos e a unidade europeia no pós-guerra: 1946-1974

Iberian socialists and the european integration on the post-Second World War: 1946-1974

DINA SOFIA NEVES SEBASTIÃO

Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS 20

dinasebastiao@gmail.com

Resumo:

Como se posicionaram os socialistas ibéricos perante o início da integração europeia, face às ditaduras espanhola e portuguesa? O pós-Segunda Guerra Mundial trouxe para a Península Ibérica paralelismos nos seus sistemas políticos. As duas ditaduras sobrevivem à derrota dos fascismos alemão e italiano. As duas terão um fim quase simultâneo (1974 e 1975) e as duas jovens democracias resultantes vivem o simbolismo da consolidação democrática no mesmo dia, 12 de junho de 1985, com a assinatura dos tratados de adesão às Comunidades Europeias. Os dois governos eram socialistas. Ante estes paralelismos, urge buscar os antecedentes da ideia europeia dos partidos socialistas ibéricos. Como se posicionaram face ao processo de integração europeia que despontava no pós-guerra? Que modelo político defendiam para uma união europeia? Como o inseriram nas estratégias de oposição? Como pensaram o futuro dos seus países no contexto da construção europeia? Como relacionaram a ideia de unidade e o socialismo? Questões a que se procurará dar resposta, tentando identificar pontos comuns e divergentes entre os dois partidos.

Palavras chave:

União Europeia; socialismo; partidos socialistas; iberismo; ditaduras ibéricas.

Abstract:

How did the Iberian socialists position their ideas towards the beginning of the European integration process launching and regarding the Spanish and Portuguese dictatorships? The post-Second World War brought some parallelisms to the Peninsula, concerning its political systems. Two dictatorships survived after German and Italian fascisms defeat. Both will have an almost simultaneous end (1974 and 1975) and the two resulting young democracies lived the 12 June 1985, day of the European Communities accession treaty signing, as a symbolic moment of democracy consolidation. Both governments were socialists. Towards these parallelisms, it urges to search for the background of Iberian socialists parties' European idea. How did they position towards the European integration flourishing in the post-war? Which political model did they defend for a European union? How did they integrate it in their opposition strategies? How did they think their nations future in the context of European construction? How did they relate the idea of unity with socialism? It's intended to find some answer and reflexions for these questions in this work.

Keywords:

European Union; socialism; socialists parties; *iberism*; Iberian dictatorships.

Introdução

A história da Península Ibérica emparelhou muitas vezes a evolução política de Portugal e Espanha. As fragilidades das experiências republicanas deram lugar à eclosão de dois regimes ditatoriais, sobreviventes ao desfecho da Segunda Guerra Mundial. E a quase simultaneidade da queda de Salazar e Franco culmina na consolidação democrática das jovens democracias, a 12 de junho de 1985, com a assinatura dos Tratados de Adesão às Comunidades Europeias, sob a vigência de governos socialistas. Quais os antecedentes desta europeização simultânea? Pretende-se neste artigo analisar as bases da posição pró-integração europeia dos dois partidos, consumada com os tratados de adesão.

Enquanto a Península Ibérica se segregava das democracias ocidentais no pós-guerra, a oposição socialista não ficou indiferente ao início da integração europeia. Como se posicionaram os socialistas ibéricos¹ perante esse processo? Como o utilizaram na sua estratégia de oposição às ditaduras? Que ideia de Europa unida desenvolveram? Terão concebido projetos para o futuro dos seus países que passassem pela integração europeia? Pretende-se responder a estas questões neste trabalho, analisando a relação do PSOE e dos socialistas portugueses (constituídos como PS em 1973), de 1946 a 1974, com o processo de integração europeia, de modo a detalhar e compreender que ideia de Europa unida desenvolveram, como a enquadraram no seu ideário socialista e se a conceberam como projeto de futuro para os seus países.

A relação dos partidos socialistas da Europa com a ideia de unidade europeia e o processo de integração europeia tem sido estudada, nomeadamente no caso dos países integrantes do núcleo duro da fundação das Comunidades Europeias. Importa, pois, fazer o mesmo relativamente à Península Ibérica, que tendo integrado a CEE no segundo alargamento, veio dar uma nova configuração territorial e política à Europa comunitária, o que terá um pertinente interesse de estudo comparativo entre o socialismo europeu.

O tema deste artigo tem sido já alvo de alguma produção académica. No caso do PSOE, a investigação feita centra-se essencialmente na averiguação sobre as relações do partido com os congéneres e outras organizações europeias, explorando no sentido de perceber a importância das relações com a Europa na sua estratégia de oposição e se o projeto de unidade europeia assu-

¹ Embora neste trabalho se pretenda definir a posição dos partidos socialistas ibéricos, optou-se por colocar no título “socialistas ibéricos”, pelo facto de, no caso português, se ter iniciado a pesquisa antes da formação do PS.

miu uma componente integrante da sua visão para o futuro de Espanha e de todo o continente². No caso português, os estudos feitos incidem na relação do socialista Mário Soares com a Europa e nas ligações do partido com a Europa no processo de transição democrática³.

Considerando a diversidade das propostas unitárias para a Europa surgidas no pós-guerra, pretende-se que o presente trabalho seja um acrescento à investigação já feita, no sentido de perceber que tipo de europeísmo⁴ motivava os socialistas ibéricos na sua defesa por uma Europa unida. Para isso, entende-se importante analisar não só as relações partidárias mas principalmente o discurso relativo aos vários projetos e organizações europeias constituídos depois de 1945. Dado os limites deste artigo, centrar-nos-emos no caso espanhol apenas no partido, não considerando as organizações sindicais que lhe estavam afetas.

As diferentes circunstâncias em que socialistas portugueses e espanhóis atuaram na oposição e as condições desta investigação levaram a um tratamento diferenciado no tipo de fontes documentais a analisar. A pesquisa relativa ao PSOE baseia-se fundamentalmente na consulta do *El Socialista*⁵, disponível no sítio eletrónico da Fundación Pablo Iglesias, jornal oficial consolidado do partido, que não só relata as principais movimentações e presenças

² São exemplos de publicações relacionadas com o tema: Adbón Mateos, “Europa en la política de presencia internacional del socialismo español en el exilio”, in *Espacio, Tiempo y Forma, Serie V. Hª Contemporánea*, n.º 2, 1989, pp. 339-358; Adolfo de Luxán and Alonso Puerta (ed.), *El Socialismo Español en el Exilio y la Construcción Europea*, Madrid, Fundación Acción Socialista Europea, Fundación Indalecio Prieto, 2003; Pilar Ortuño Anaya, *Los socialistas europeos y la transición española (1959-1977)*, Madrid, Marcial Pons, Ediciones de Historia, 2005.

³ São exemplos: Dina Sebastião, *Mário Soares e a Europa: pensamento e ação*, dissertação de mestrado em História Contemporânea: economia, sociedade e relações internacionais, apresentada à Faculdade de Letras da UC, Coimbra, 2010, (<http://hdl.handle.net/10316/18136>, acedido em 30.04.2014); Juliet Antunes Sablosky, *O PS e a transição para a democracia*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000; Susana Martins, *Socialistas na Oposição ao Estado Novo*, Cruz Quebrada, Casa das Letras, 2005.

⁴ Entenda-se europeísmo no contexto dos estudos sobre a integração europeia, como uma posição em favor da unidade europeia, que pode assumir diversas formas políticas.

⁵ A primeira edição do jornal, órgão oficial do PSOE, foi publicada em 13 de março de 1886 (sete anos depois da fundação do partido). *El Socialista*, n.º 1, 12.03.1986. O jornal tem uma notória influência da publicação congénere dos socialistas franceses, não só pelo nome (o francês chama-se *Le Socialiste*), como pelo conteúdo. Cf. Santiago Castillo, “Spain”, in Marcel Van der Linden; Rojahn, Jurgen (ed.), *The Formation of Labour Movements: an international perspective, 1870-1914 (contributions to the history of labour and society)*, (vol. I), Leiden, 1990, p. 227; Ricardo de la Cierva, *La Historia Perdida del Socialismo Español*, Madrid, Editora Nacional, 1972, pp. 61, 62.

do PSOE na Europa, como veicula reflexão e opinião. No caso português, pretendia-se tratar também o *Portugal Socialista*⁶ como fonte principal, mas apesar das poucas edições publicadas durante a ditadura, o jornal do PS não regista debate pertinente sobre o tema em causa. Recorreu-se, em alternativa, a uma diversidade de fontes (cartas, discursos e textos de socialistas em diversas publicações), de modo a encontrar reflexão e opinião sobre a integração europeia. Assim, as conclusões que se produziram, baseiam-se numa análise de conteúdo das fontes identificadas.

1. Ditaduras ibéricas e oposição socialista: sincronias e diacronias

Embora com um desfasamento de cerca de um ano, encontramos na vigência dos regimes políticos dos países ibéricos após a Segunda Guerra Mundial uma sincronia. Perante a vitória dos aliados, ambos experienciaram durante largos anos a sobrevivência das ideologias derrotadas no grande conflito. Em Portugal, a queda do Estado Novo antecipou-se em ano e meio ao fim do franquismo em Espanha, em 1975, com a morte de Franco. Apesar de alguns anos de desfasamento, os inícios das ditaduras acontecem na mesma década, com a instauração do Estado Novo, em Portugal, em 1933 e do franquismo, em Espanha, em 1939. Esta sincronia dos estados ibéricos é importante no sentido em que exercerá nas forças de oposição em estudo a mesma base para o combate na Europa: denunciar a exceção ditatorial numa Europa ocidental onde a democracia saíra vitoriosa da guerra e manter o isolamento dos regimes de qualquer projeto de cooperação ou integração europeias.

Já no respeitante à organização partidária dos socialistas ibéricos no pós-guerra, verifica-se uma diacronia. Enquanto o PSOE⁷ foi criado em 1879, os socialistas portugueses constituíram a ASP⁸ em 1964 e só em 1973 formaram o PS⁹. Esta diacronia terá influências no modo como cada um exercerá a oposição às ditaduras na Europa e se posicionará perante o processo de integração europeia.

⁶ Jornal oficial da ASP e PS, cuja publicação foi iniciada no exílio, feita de 1967 a 1973, a partir de Itália.

⁷ Partido Socialista Obrero Español – Partido Socialista Operário Espanhol

⁸ Ação Socialista Portuguesa

⁹ Partido Socialista português.

2. PSOE: do fervor pelos Estados Unidos da Europa ao desalento

O exílio marcava desde 1947 a direção política a seguir pelo PSOE e com as crescentes perseguições aos socialistas do interior a comissão de Toulouse tornara-se, em 1954, a única comissão política do partido¹⁰.

2.1. No auge da discussão federal europeia

Através de uma breve análise aos títulos do *El Socialista*¹¹ percebe-se facilmente que os socialistas espanhóis acompanham a discussão da construção europeia do pós-guerra, com uma ideia europeísta. Entre 1948 e 1949, contam-se 59 artigos publicados sobre as questões da unidade europeia.¹² Um estado que contrasta com a contenção da imprensa franquista, zelosa em ocultar o isolamento internacional espanhol¹³ que experienciara no imediato pós-guerra¹⁴. Contrariamente, o PSOE ladeava a posição dos socialistas e sociais-democratas europeus, que, juntamente com os democratas-cristãos¹⁵, davam fôlego político à ideia federal europeia.

¹⁰ Santos Juliá, *Los Socialistas en la política Española, 1879-1982*, Madrid, Santillana, S.A. Taurus, 1996, pp. 327-334.

¹¹ Durante os anos em análise, o *El Socialista* tem periodicidade semanal e é publicado no exílio, em Toulouse (com algumas intermitências em Paris), França, onde o PSOE tinha constituído uma nova comissão executiva. Idem, *ibidem*, pp. 299.

¹² Entre o total, contam-se cinco sobre o Pacto de Bruxelas e a constituição da União Ocidental, 12 acerca do Plano Marshall e da OECE (Organização Europeia para a Cooperação Económica), 19 sobre o Congresso da Haia e a constituição do Conselho da Europa e 23 discutem a ideia de Estados Unidos da Europa. “Por la unificación de Europa” (dois artigos), “Orígenes del federalismo en Europa”, “Sobre la Unión Federal de Europa”, “Hacia la creación de los Estados Unidos de Europa”, “Los Estados Unidos Socialistas de Europa” (3 artigos), “Los Estados Unidos de Europa han nacido”, “Es necesario crear un Parlamento europeo”, “Sobre los Estados Unidos de Europa”, “Un gobierno de la España democrática podría participar en la Europa unida”, “Serán una realidad los EE.UU. de Europa?”, “La Asamblea Europea de Estrasburgo” (3 artigos), “La Asamblea Europea ha terminado sus deliberaciones” são exemplos de títulos de artigos, indiciadores de uma ideia europeísta, publicados no jornal em 1948 e 1949, anos quentes do debate federal europeu, a propósito da realização do Congresso da Haia e da criação do Conselho da Europa.

¹³ Maria Helena Cavallaro, *Los Orígenes de la Integración de España en Europa – desde el franquismo hasta los años de transición*, Madrid, Sílex ediciones, 2009, pp. 51, 52.

¹⁴ Com a exclusão da ONU, do Plano Marshall e da NATO. Cf. António José Telo e Hipólito de la Torre Gómez, *Portugal e Espanha nos sistemas internacionais contemporâneos*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000, pp. 250-254.

¹⁵ Cf. Bino Olivi, *L'Europe difficile: Histoire politique de la construction européenne*, Éditions Gallimard, 2007, p. 26; Maria Manuela Tavares Ribeiro, *A Ideia de Europa: uma perspectiva*

A dimensão do segundo conflito mundial e a emergência da Guerra Fria contribuíram para que a ideia de unidade europeia se comesçasse a libertar definitivamente dos preconceitos romântico e utópico do século XIX¹⁶ e fosse encarada com pragmatismo político¹⁷. À primeira tentativa de concerto, no domínio da defesa, com a assinatura do Tratado de Bruxelas, em 1947, sucede-se a realização do Congresso da Haia, que reúne, em 1948, políticos e representantes de vários movimentos europeus, galvanizados pelo apelo de Churchill, em Zurique¹⁸, para a criação de uns “Estados Unidos da Europa”. Mas o que entender por esta expressão? A multiplicidade de configurações políticas que pode assumir está na base dos impasses de toda a história do projeto europeu. O Congresso da Haia inicia uma bipolaridade de opiniões, até hoje manifestas na discussão europeia.

a) Socialistas espanhóis no Congresso da Haia

O PSOE acompanha a discussão, de 1948 a 1949, concebendo uma posição federalista¹⁹ para a arquitetura política de uma união europeia. Uma delegação do partido está presente no Congresso da Haia e na Conferência dos Partidos Socialistas da Europa, realizada em Paris, em 1948, onde é aprovada

histórica, Coimbra, Quarteto, 2003, p. 57.

¹⁶ Kevin Wilson, Jan van der Dussen, *The History of the Idea of Europe*, New York, The Open University, 1993, p. 77.

¹⁷ Cf. Neill Nugent, *The Government and Politics of the European Union*, 7th edition, Hampshire, Palgrave Macmillan, 2010, pp. 4-17.

¹⁸ Cf. António Martins da Silva, *História da Unificação Europeia: a integração comunitária (1945-2010)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, pp. 26-57; Bino Olivi, ob. cit., pp. 9-20; Rogelio Pérez-Bustamante and Juan Manuel Uruburu Colsa, *História da União Europeia*, Coimbra, Coimbra Editora, 2004, pp. 53-60; Dusan Sidjanski, *O Futuro Federalista da Europa, a Comunidade Europeia das origens ao Tratado de Maastricht*, Lisboa, Gradiva, 1996, pp. 23-34.

¹⁹ Entenda-se por federalismo a aceção contemporânea do termo, conforme entendida nos estudos sobre a ideia de Europa depois da fundação dos EUA. A visão federal indicada ao longo deste trabalho é feita na aceção explicada por Viriato Soromenho Marques em que “a esfera da União, incluindo os seus sistemas de governação, as suas instituições, as suas leis e práticas políticas não resultam de uma simples agregação desordenada de contributos nacionais”, mas da constituição de “uma esfera própria”, que inclui instituições próprias emanadas de uma lógica democrática europeia, “com uma identidade e densidade específicas, ao serviço da construção e do reconhecimento de objetivos que materializam o que poderemos designar como interesse geral e comum dos povos dos Estados e dos cidadãos da Europa.” Esta visão está em oposição ao modelo intergovernamental. Viriato Soromenho-Marques, *Tópicos de Filosofia e Ciência Política – federalismo, das raízes americanas aos dilemas europeus*, Lisboa, Esfera do Caos, 2011, pp. 34, 35.

a resolução para envidar esforços no sentido de constituir os Estados Unidos da Europa. Indalecio Prieto, líder da comissão executiva²⁰, discursa nos dois eventos²¹. O discurso de Prieto vinca o isolamento internacional de Espanha, condena a ditadura²² e pressiona as democracias ocidentais para apoiar o derrube do franquismo. Espanha é a “piedra de toque de la unidad europea”²³, é o teste às reais intenções unitárias do Ocidente²⁴.

Não se entenda por estas palavras que a aproximação do PSOE com o projeto europeu se reduz a uma estratégia utilitária da oposição. O envolvimento do PSOE na construção europeia encarna um sentido de pertença civilizacional, um ideário socialista e internacionalista, evidencia a aprendizagem da necessidade de fazer a unidade europeia, resultante da lição dos excessos nacionalistas, de que as duas guerras mundiais foram auge, da consciência sobre os limites do Estado-nação. É a necessidade de fazer a Europa de Ortega Y Gasset.

No Congresso da Haia, Indalecio Prieto apoiou a resolução para bloquear a integração da Espanha ditatorial de Franco, ressaltando que “Un Gobierno de la España Democrática podría participar en la Europa unida”²⁵. A Espa-

²⁰ Indalecio Prieto é eleito presidente da Comissão Executiva no exílio, no III Congresso do PSOE no exílio, em 1948. Manterá o cargo até 1950, quando se demite na sequência da admissão de Espanha na ONU. “Prieto Tuero, Indalecio”, *Diccionario Biográfico del Socialismo Español*, Fundación Pablo Iglesias (http://www.fpabloiglesias.es/archivo-y-biblioteca/diccionario-biografico/biografias/10769_prieto-tuero-indalecio, consultado em 29.04.2014).

²¹ “La Conferencia Socialista europea se reunirá en París el 24 de abril”, *El Socialista*, n.º 5408, 16.04.1948; “Intervención de Indalecio Prieto, presidente del PSOE, en la Conferencia de Partidos Socialistas”, *El Socialista*, n.º 5410, 30.04.1948; “Conferencia Socialista Internacional”, *El Socialista*, n.º 5411, 7.05.1948; “El Congreso de La Haya, un Gobierno de la España democrática podría participar en la Europa Unida – importante discurso de Indalecio Prieto”, *El Socialista*, n.º 5412, 13.05.1948.

²² A ideia de isolamento está presente em vários artigos do jornal, sendo vincada a exclusão de Espanha do Plano Marshall e do Pacto de Bruxelas, com realce para declarações de Paul-Henri Spaak: “Todas las dictaduras, de derecha o de izquierda, están excluidas del pacto, y, por lo tanto, no puede admitir-se en él a la España franquista, in “Unas declaraciones de Spaak”, *El Socialista*, n.º 5409, 23.04.1948.

²³ Gordlan Troeller, “España, piedra de toque de la unidad europea”, *El Socialista*, n.º 5438, 11.11.1948. A tradução da expressão idiomática significa a Espanha serve de “prova dos nove” da unidade europeia.

²⁴ O empenho das democracias ocidentais no derrube da ditadura indicará “si la Unidad Europea ha de ser una conglomeración de anticomunistas que el miedo y el oportunismo habrá temporalmente reunido en el mismo campo, o bien una asociación de pueblos libres que quieren sinceramente construir una unidad superior.” In Idem, *ibidem*.

²⁵ *El Socialista*, n.º 5412, 13.05.1948.

nha democrática é a do povo, que sofre da “non intervención” e do “modelo de hipocresía de la comunidad internacional(...)”.²⁶ Uma Espanha genuína, ao integrar-se numa Europa unida, completaria a sua identidade. “Una serie de motivos económicos, geográficos, históricos, culturales y políticos exigen la presencia en la comunidad democrática de Europa ... de una España democrática.”²⁷ A integração é mais do que uma opção. É uma consequência natural. É um reconhecimento civilizacional, factual, como crê Ortega Y Gasset.²⁸ É a Europa dos povos e não a das nacionalidades que vinga. Na Conferência dos Partidos Socialistas da Europa, no mesmo ano, Indalecio Prieto apoia o projeto da delegação francesa, “la Federación de Pueblos Libres de Europa.”²⁹

O discurso de Indalecio bebe na filosofia espanhola, acreditada pela política com a aprendizagem de duas guerras devastadoras, que tornam urgente a união da Europa, na condição de que “sea de pueblos auténticamente libres, y en ella encuentren su base y su modelo los futuros Estados Unidos de Europa y más tarde la Confederación Mundial a que aspira el socialismo para garantizar de modo efectivo la paz (...)”.³⁰ Quais reminiscências da paz perpétua de Kant e do socialismo utópico que inspirou o século XIX. A atuação de Prieto em 1948 destaca-o como figura marcante do pensamento europeu do PSOE, que permanecerá durante todo o exílio.³¹

b) Federação “hasta sus últimas consecuencias”

O Congresso da Haia, que coloca em confronto federalistas e unionistas, acarreta o lamento do PSOE pela vitória dos segundos. A diversidade de

²⁶ Idem, *ibidem*.

²⁷ “España y el Plan Marshall”, *El Socialista*, n.º 5408, 16.04.1948.

²⁸ “It was historical realism which taught me to understand that unity of Europe as a society is not an ideal but a fact of a very ancient everyday life.” Ortega Y Gasset, *La Rebelión de las masas*, (primeira publicação em 1926), cit. in Ariane Chebel d’Appollonia, “The European Nationalism and European Union”, in Anthony Padgen (ed.), *The idea of Europe, from antiquity to the European Union*, EUA, Woodrow Wilson Center Press and Cambridge University Press, 2007, p. 177.

²⁹ “Intervención de Indalecio Prieto, presidente del PSOE, en la Conferencia de Partidos Socialistas”, *El Socialista*, n.º 5410, 30.04.1948.

³⁰ Ibidem. Os interesses de Prieto pela política internacional “incrementaram-se a partir do fim da guerra civil espanhola”, em linha com os seus princípios defensores de uma sociedade democrática e pluralista. Cf. José Carlos G. Velázquez, “España en Europa: La concepción europeísta de Indalecio Prieto durante el exilio (1946-1972), in Adolfo de Luxán and Alonso Puerta (ed.), *El Socialismo Español en el Exilio y la Construcción Europea*, Madrid, Fundación Acción Socialista Europea, Fundación Indalecio Prieto, 2003, pp. 78.

³¹ Cf. Idem, *ibidem*. pp. 93, 94.

movimentos europeus surgidos no pós-guerra e o diferente posicionamento dos países envolvidos, designadamente a forte influência intergovernamentalista britânica, fragmentou as discussões, com um resultado muito aquém das aspirações federalistas³².

Antes da realização do Congresso, o PSOE já revela a simpatia pela “Federación de los Estados Unidos de Europa, idea que de tener éxito habría de llevarse hasta sus últimas consecuencias: es decir, hasta la constitución de un gobierno y un parlamento internacional (...)”³³. Assim se entende a desilusão perante as resoluções da Haia, com a culpabilização dos trabalhistas britânicos³⁴, alvo de críticas dos socialistas espanhóis: “los laboristas ingleses piensan, sin duda, en el Imperio y en los dominios.”³⁵ De facto, a Grã-Bretanha tem sido historicamente reticente em assumir “compromissos sérios”³⁶ na integração europeia, ponderando nesta época os interesses dispersos da sua política externa.

Depois do Congresso da Haia, a esperança dos socialistas espanhóis deposita-se nas promessas de constituição de uma Assembleia Europeia e na formação do Movimento Europeu³⁷ como força impulsionadora de um projeto federal. Mas o desfecho dos trabalhos da Assembleia de Estrasburgo, que resultaram na configuração intergovernamental do Conselho da Europa (CE), volta a desiludir as aspirações dos espanhóis. A possibilidade de evolução dos poderes do órgão parlamentar do CE configura a réstia de esperança federalista: “(...) Hace falta aumentar muy pronto las funciones de nuestra Asamblea.”³⁸

³² Dusan Sidjanski, ob. cit. pp. 30, 31.

³³ “Crónica Internacional”, *El Socialista*, n.º 5403, 12.03.1948.

³⁴ “Es de lamentar que (...) el Partido Laborista, arrastrando en ello a otros partidos socialistas, no haya dado suficiente calor a esas deliberaciones (...)” In “Temas del momento”(crónica), *El Socialista*, n.º 5418, 24.06.1948.

³⁵ “Serán una Realidad los EE. UU: de Europa?”, *El Socialista*, n.º 5415, 03.06.1948.

³⁶ António Martins da Silva, *História da Unificação ... cit.*, p. 20.

³⁷ Na direção do Movimento Europeu, o PSOE realça nomes como Paul-Henri Spaak, León Blum e Alcides de Gasperi, como capazes de contribuir para o avanço das promessas saídas de Haia. “Por la unificación de Europa”, *El Socialista*, n.º 5438, 11.11.1948; “El Consejo Internacional del Movimiento Europeo”, *El Socialista*, n.º 5454, 03.03.1949.

³⁸ E continúa André Philip: “Es necesario hacer comprender al Consejo de Ministros que no es digno para una Asamblea como la nuestra (...) el estar constreñido a pedir la autorización para discutir un problema. Es necesario que la Asamblea obtenga una modificación de su estatuto de forma que le permita escoger, verdadera y efectivamente, las cuestiones que entienda debe discutir”. André Philip, “Es necesario que Europa transforme la estructura de su vida económica”, *El Socialista*, n.º 5482, 15.09.1949.

O modelo de Prieto para a integração europeia assemelha-se ao do francês León Blum, com a formação de uma Assembleia que pudesse dispor de plenos poderes.³⁹ Também o socialista francês Guy Mollet, parceiro dos exilados do PSOE na defesa da ideia de unidade⁴⁰, aborda o tema, reforçando a necessidade de conferir autoridade política à Assembleia Parlamentar.⁴¹ Mas a definitiva configuração institucional do CE acabou por engavetar o sonho dos socialistas (e de outros federalistas), deixando o projeto de unidade política europeia num impasse. As negociações para a criação deste organismo prolongaram o duelo iniciado em Haia, mantendo persistente a esperança federal. Mas depois da formação da organização, as propostas da Assembleia Consultiva, sob a liderança de Paul-Henri Spaak, para que lhe fosse concedido poder deliberativo, esbarraram no poder de decisão do Conselho de Ministros.⁴²

A análise de conteúdo às várias notícias sobre as movimentações, opiniões e discursos do PSOE relativos ao Congresso da Haia levam à conclusão de que o federalismo está na base da conceção socialista espanhola para uma união europeia. Na continuação desta análise, designadamente nas opiniões concernentes ao Plano Marshall e à constituição da OECE, outra conclusão se explicitará: que a ideia de federação europeia acarreta outra, a apologia de um internacionalismo socialista. A necessidade de reconstrução económica do pós-guerra é o momento oportuno para implementar um planeamento económico internacional socialista.

2.2. Simbiose triangular: internacionalismo – no federalismo sob o socialismo

A Revolução Francesa havia legitimado a soberania do Estado, alicerçado na nação, e o século XIX invoca o direito dos povos e o princípio da nacionalidade, consolidando a ideia de Estado-nação⁴³. Mas o extremismo nacionalista do século XX altera o paradigma. Se anteriormente as elites intelectuais já

³⁹ “(...) pero los asambleístas de 1949 (...) se contentaron con el modestísimo papel de perillos falderos que les habían asignado los respectivos gobiernos.” Indalecio Prieto, “Europa por dentro”, *El Socialista*, n.º 5483, 22.09.1949.

⁴⁰ Cf. Abdón Mateos, “Europa en la política de presencia internacional del socialismo español en el exilio”, in *Espacio, Tiempo y Forma, Serie V. Hª Contemporánea*, n.º 2, 1989, p. 351.

⁴¹ “(...) Los Estados Unidos de Europa no tardarán en organizarse y que podremos muy pronto saludar la apertura del primero Parlamento europeo.” Guy Mollet, “Los Estados Unidos de Europa han nacido”, *El Socialista*, n.º 5488, 27.10.1949. A mesma ideia é reforçada noutro artigo: Guy Mollet, “Es necesario crear un Parlamento Europeo”, *El Socialista*, n.º 5489, 03.11.1949.

⁴² Cf. António Martins da Silva, *História da Unificação ... cit.*, pp. 52-56.

⁴³ Maria Manuela Tavares Ribeiro, *A Ideia de Europa, uma perspetiva ... cit.*, pp. 42, 43.

davam corpo a projetos internacionalistas, é com as atrocidades das guerras mundiais que o Estado-nação fica desacreditado, pela sua inaptidão de evitar a crise e a exploração social⁴⁴. O internacionalismo político, concretizado na federação, surge envolto num ideário socialista e republicano. O trinómio internacionalismo, federalismo e socialismo engendra-se nas argumentações de muitos intelectuais do século XX e dos socialistas franceses, guias do PSOE⁴⁵, herdeiros da filosofia das Luzes. Permeável a esse ideário, o PSOE encarna o Plano Marshall como a via para um internacionalismo socialista recuperador de uma Europa em decadência.

a) Plano Marshall: via para a integração económica e recuperação da hegemonia europeia

Sem o Plano Marshall, a “Europa estaría sumida en el caos.”⁴⁶ A intervenção dos EUA na Primeira Guerra indiciava o seu crescente poderio económico, enquanto a Europa, material e humanamente desfalcada, constata a impossibilidade de “jogar o papel proeminente de outros tempos.”⁴⁷ O entendimento da importância do Plano Marshall revela uma consciência pelo PSOE da perda de um estatuto histórico europeu e da mudança do paradigma de desenvolvimento económico.⁴⁸ Efetivamente, o século XX manifesta a “proeza capitalista”⁴⁹, caracterizada pela “necessidade cada vez menor de adquirir mais terras”, secundarizando a importância das possessões territoriais. O *El Socialista* sobre isto reflete. As colónias não passavam afinal de um “monopolio virtual de la industrialización.”⁵⁰

⁴⁴ Kevin Wilson, Jan van der Dussen, *The History ...* ob. cit., p. 111.

⁴⁵ Cf. Abdón Mateos, ob. cit., pp. 350, 351.

⁴⁶ Andrés Saborit, “Europa y el Plan Marshall”, *El Socialista*, n.º 5454, 03.03.1949.

⁴⁷ Rafael Aracil, Joan Oliver and Antoni Segura, *El Mundo Actual. De la Segunda Guerra Mundial a nuestros días*, Barcelona, Edicions Universitat de Barcelona (revisada y actualizada), 1998, p. 22.

⁴⁸ “Los países europeos apenas se han comenzado a enterarse de que su economía se ha hundido, al perder el poderío que anteriormente tenía sobre ciertos pueblos coloniales.” (...) “Los conservadores de Europa querían mantener aún sus privilegios. Los capitalistas de América quieren desarrollar el movimiento nacionalista e independiente de los antiguos países colonizados”, crentes de que ao abrir novos mercados e potencialidades de aumentar o consumo, podem “fortalecer por algunos años su creciente poderío.” Andrés Saborit, “Europa y el Plan Marshall”, *El Socialista*, n.º 5454, 03.03.1949.

⁴⁹ John Kenneth Galbraith, *Viagem Através da Economia do Nosso Século*, Lisboa, Editorial Presença, 1995, p. 28.

⁵⁰ Permittiam, “por meo del comercio, obtener alimentos y materias primas de casi todos los puntos del globo. Este siglo XIX, base de la prosperidad europea ha desaparecido para siempre

Neste contexto, o velho continente deparava-se não só com a necessidade da reconstrução das suas infraestruturas económicas, mas também com “un problema nuevo a resolver: el cambio completo de las relaciones comerciales entre Europa y el resto del mundo.”⁵¹ O Plano Marshall dá a epígrafe para um revisionismo à economia europeia. O empreendimento futuro era ambicioso. Conferir a uma Europa “emagrecida” e “esquartejada”⁵² pela guerra a potencialidade económica de outros tempos. Não só o conjunto europeu estava debilitado, como as suas antigas potências internas, que além do abalo material, tinham de lidar com o trauma psicológico do antigermanismo. George Marshall deu o mote para um entendimento que ajudará a desmantelar os nacionalismos económicos.

b) Plano Marshall: mote para uma federação económica socialista

A resposta positiva dos europeus à proposta de George Marshall refletia a consensualidade partidária⁵³ sobre a urgente reconstrução económica da Europa. A intenção norte-americana era sobretudo política. O comunismo seria contido através da economia.

tras los afectos de dos guerras y el enorme progreso logrado fuera de Europa. Los Estados Unidos producen hoy más acero que el conjunto de Europa haya producido nunca.” In “La Salvación de Europa”, *El Socialista*, n.º 5369, 18.07.1947.

⁵¹ Continua André Philip: “Europa, antes taller del mundo, que recibía materias primas y expedía productos fabricados, asiste ahora al desenvolvimiento industrial de países nuevos. Encuentra dificultades crecientes para procurarse las materias primas esenciales. Tropieza con dificultades mayores todavía para hallar los mercados necesarios a sus exportaciones tradicionales.” André Philip, “Es necesario que Europa transforme la estructura de su vida económica, dice André Philip”, *El Socialista*, n.º 5482, 15.09.1949. André Philip, socialista francês, tornou-se num importante representante do internacionalismo da SFIO (Section française de l'internationale ouvrière) – organização percussora do partido socialista francês – e um expoente veiculador do socialismo francês sobre a ideia europeia. Cf. Byron Criddle, *Socialists and European Integration, a study of the French Socialist Party*, Library of Political Studies, New York, Humanities Press, pp. 25-27.

⁵² Pierre León (dir.), *História Económica e Social do Mundo. O Segundo Século XX – de 1947 aos nossos dias*, Volume VI, tomo I, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1981, p. 225.

⁵³ Socialistas, sociais cristãos e social-democratas uniram-se no apoio à sua implementação. “A situação do imediato pós-guerra em muitos países libertados e ocupados parecia minar a posição dos políticos moderados, com pouco apoio além do de aliados ocidentais, e assediados dentro e fora dos seus governos pelos comunistas, que em toda a parte emergiam da guerra mais fortes do que em qualquer época do passado, e às vezes como os maiores partidos e forças eleitorais dos seus países.” Eric Hobsbawm, *A Era dos Extremos*, Lisboa, Editorial Presença, 2011 (5ª edição), p. 230.

A arquitetura socialista para a federação europeia provém, por um lado, do legado marxista do PSOE, das reminiscências do socialismo utópico e, por outro, insere-se na linha da social-democracia europeia, à qual o partido no exílio estava cada vez mais afeto⁵⁴. Se, na conceção de Marx e Engels, os interesses globais do capitalismo superarão o Estado-nação, também a luta do proletariado só será plena fora do paradigma nacional.⁵⁵ É esta lógica argumentativa que encontramos no *El Socialista*, onde se apela à criação de uns Estados Unidos da Europa que “organicen democráticamente la propiedad europea de las industrias de base y la planificación económica general.”⁵⁶

O depauperamento económico do pós-guerra tinha como cúmplice o nacionalismo económico, materializado numa Europa “antieconomicamente dividida en gran numero de economías nacionales.”⁵⁷ Era então necessário que o Plano Marshall fosse aplicado numa perspetiva continental – aliás, como era vontade e foi exigência dos EUA. “En esto programa de modernización el único punto importante, sin el cual no puede esperarse un éxito duradero, es la

⁵⁴ A homogeneidade ideológica do PSOE era ameaçada pela diversidade do partido, entre as vivências dos membros do interior e do exterior. Indalecio Prieto, que assume a presidência da comissão executiva no exílio, em 1948, assume “una línea francamente socialdemócrata.” Cf. Ricardo de la Cierva, ... ob. cit., pp. 269-275; Sobre biografia de Indalecio Prieto: “Prieto Tuero, Indalecio”, Diccionario Biográfico del Socialismo Español, Fundación Pablo Iglesias (http://www.fpabloiglesias.es/archivo-y-biblioteca/diccionario-biografico/biografias/10769_prieto-tuero-indalecio, consultado em 27.04.2014).

⁵⁵ Pascal Delwit, *Les Partis Socialistes et l'intégration Européenne*, Bruxelles, Éditions de L'Université de Bruxelles, 1995, pp. 19-22.

⁵⁶ “Los Estados Unidos de Europa”, *El Socialista*, n.º 5496, 22.12.1949.

⁵⁷ “La salvación de Europa”, *El Socialista*, n.º 5369, 18.07.1947. A condenação ao nacionalismo económico é feita noutras edições do *El Socialista*, com a publicação de um artigo do *The Observer*: edições 5370, 25.07.1947 e 5373, 15.08.1947. De facto, se o nacionalismo tem sido latente na política europeia já desde o século XIX, no caso da economia, revelou-se expressivamente após a Primeira Guerra Mundial, incrementado pela Grande Depressão. A necessidade de obter balanços comerciais excedentárias, com a adoção de medidas protecionistas para desencorajar as importações e proteger a indústria nacional e o emprego, levou ao domínio da filosofia autárquica na economia. Os anos 30 iriam assim contrariar a essência internacionalista do capitalismo e “testemunhar um regresso ao mais antigo e violento nacionalismo.” Se a história oferecia essa reflexão, a ela juntava-se a já referida perda da posição hegemónica da Europa e o seu desfasamento do novo paradigma de desenvolvimento económico. Cf. John Kenneth Galbraith, *Viagem através ... cit.*, p. 103.

integración económica gradual de los países participantes.”⁵⁸ Era a derradeira oportunidade para um planeamento económico europeu.⁵⁹

Para os socialistas espanhóis, como para os europeus, estava em causa uma regulação do capitalismo, que, desde o século XVIII, adquirira um carácter cada vez mais internacionalista e impositivo. A argumentação do PSOE é o exemplo claro do que conclui o autor John Kenneth Galbraith, de que o “apelo à união política anda assim a par do desenvolvimento económico.”⁶⁰ A reflexão sobre o Plano Marshall no *El Socialista* vem despertar esta relação⁶¹, distinguindo os socialistas de outras correntes defensoras da integração económica: o pressuposto de uma regulação socialista.

– O limbo do neutralismo europeu

A doutrina socialista como reguladora da implementação do Plano Marshall não era de retórica fácil, num contexto internacional de extremos ideológicos. Este discurso tinha de equilibrar-se no limbo da refuta do capitalismo e do comunismo.⁶² O PSOE, assim como os homólogos, tinha de abrir caminho para um discurso novo num mundo “novo”.⁶³ Restava uma terceira opção aos

⁵⁸ Prossegue o *El Socialista*: “A menos que esto no se lleve a cabo, dichos países no podrán obtener los beneficios resultantes de una economía de base continental igual a la que actualmente disfrutan los Estados Unidos y Rusia.” In “La salvación de Europa”, *El Socialista*, n.º 5369, 18.07.1947.

⁵⁹ “No basta nacionalizar. No basta el control. Es necesario, internacionalmente, saber la cantidad de productos de que se dispone y en qué países se pueden adquirir y en que otros se deben colocar.” In “Internacionalismo”, *El Socialista*, n.º 5413, 20.05.1948.

⁶⁰ *Viagem Através da Economia do Nosso Século ... cit.*, p. 139.

⁶¹ “Todo ello (o planeamento económico) no puede ser obra de la competencia, ni de los ‘trusts’, ni de la elevación de los derechos aduaneros. Esta política está superada. Europa no se salva si no une su economía.” In “Internacionalismo”, *El Socialista*, n.º 5413, 20.05.1948.

⁶² “El plan Marshall sirve también de pretexto al stalinismo para colocar ante un dilema que, cual callejón sin salida, fue hábilmente edificado: o con Rusia o contra Rusia. Con los Estados Unidos o contra los Estados Unidos. Para un socialista, habituado a responder con la voz de su conciencia y la de su pensamiento, tan absurda es una formula como otra, como las dos juntas.” In “Crónica Internacional – El Plan Marshall”, *El Socialista*, n.º 5389, 06.12.1947.

⁶³ De um lado, uns EUA que saíram reforçados economicamente da Segunda Guerra Mundial, de outro, um Stalin e o comunismo que saíram politicamente credibilizados. A glória da vitória sobre o exército de Hitler conferira à URSS um enorme prestígio, alentando o crescimento dos partidos comunistas na Europa. Capitalismo e comunismo assumiam-se como dois modelos de organização de recursos económicos opostos e com ambições expansionistas. A recusa da URSS em integrar o Plano Marshall, levando consigo os países satélite soviéticos, aprofundou a cisão e lançou o clima de medo. Cf. Rafael Aracil, Joan Oliver e Antoni Segura, *El Mundo Actual ... cit.*, p. 22-24.

socialistas europeus: “(...) ni con Rusia ni contra Rusia. Ni con América, ni contra América. Con y por la paz colectiva.”⁶⁴ O discurso socialista do pós-guerra assenta na constituição de uma Europa como alternativa, ideia protagonizada pelo socialismo pacifista francês, que, em ambiente de Guerra Fria, advoga um papel de neutralidade para o continente.⁶⁵ Vários artigos que abordam a temática no *El Socialista* são, aliás, transcrições de textos já publicados noutros jornais, nomeadamente dos socialistas franceses.⁶⁶

Se a salvação da Europa é o Plano Marshall, ela só será eficaz sob uma base socialista. O PSOE acompanha e participa nas movimentações dos partidos socialistas europeus para discussão e a acompanhamento da implementação do programa de ajuda⁶⁷, mas o empreendimento não se adivinhava fácil. Havia efetivamente um consenso europeu no bom acolhimento ao Plano⁶⁸, mas as diferenças emergiam na forma de o aplicar. O socialismo foi pródigo no discurso, embora parco na concretização, apresentando projetos de planeamento económico comum tendentes à integração federal.

⁶⁴ “Crónica Internacional – El Plan Marshall”, *El Socialista*, n.º 5389, 06.12.1947.

⁶⁵ André Philip, socialista francês, era um defensor deste estatuto de neutralidade e de constituição da Europa como uma terceira força, apaziguadora das relações Este/Oeste. Neste sentido, o Plano Marshall era visto como a oportunidade para a Europa recuperar economicamente e se tornar independente dos EUA. Cf. Byron Criddle, *Socialists and European ... cit.*, pp. 33-38.

⁶⁶ Característica que é até alvo dos críticos históricos ao PSOE, como Unamuno: “Que inventem ellos!”, Ricardo de la Cierva, *História perdida ... cit.*, p. 61.

⁶⁷ Em março de 1948, os partidos dos países aderentes ao Plano Marshall reuniram-se para refletir sobre a compatibilidade da ajuda com as reformas socialistas, tendo aprovado uma resolução orientadora para a aplicação do socialismo ao Plano – “El ideal de unidad europea sólo podrá salvarse de la influencia reaccionaria si los socialistas toman la dirección de ese movimiento de unificación.” Numa conferência seguinte, realizada em 24 e 25 de abril, na qual esteve presente o PSOE, foi aprovado um acordo que reforçava a necessidade de empregar o socialismo como orientador da implementação do Plano Marshall. E, mais uma vez, os socialistas repetiram, “hasta la saciedad que no son partidarios de la existencia de bloques. Ni los fomentan.” Em resultado das conferências, foram criados dois grupos socialistas, um de acompanhamento do Plano Marshall e outro da Europa Ocidental. Tratava-se, como explicara um delegado inglês, de uma “organización paralela a la de los Gobiernos, pues, de ese modo (...) si en algún momento se pretendiera hacer del Plan Marshall un instrumento de dominación capitalista, nuestra organización socialista lo impediría.” Rodolfo Llopis, “Por la unificación de Europa”, *El Socialista*, n.º 5398, 07.05.1948.

⁶⁸ Pierre León, *História Económica ... cit.*, p. 227.

c) OECE: embrião de um governo federal europeu

Um ano após a constituição da OECE, é com lamento que Andrés Saborit⁶⁹ constata que a Organização não ia para além da cooperação económica. Efectivamente assim foi. Apesar das propostas surgidas no seu seio e das pressões norte-americanas, “a unificação da Europa não passaria, pois, pela via institucional da OECE (...)”⁷⁰ Descrente na possibilidade de entendimento político entre governos naquela organização⁷¹, o socialista francês André Philip sugere uma integração setorial⁷², sob a autoridade da Assembleia Parlamentar do CE, quando instituída de verdadeiros poderes deliberativos.

Já antes da constituição da OECE, em 1947, o jornal publicava, em várias edições, um artigo do *The Observer*, sobre a solução para o futuro económico e político da Europa, propondo que os participantes no programa tivessem de “ceder una parte de su soberanía económica”, convertendo os espaços dos países aderentes ao Plano Marshall numa união aduaneira e financeira, um processo gradual⁷³, que pressuporia a existência de um organismo central, com representação de todos os países e um corpo de funcionários.⁷⁴

⁶⁹ “El plan Marshall debía haber sido un revulsivo para UNIFICAR ciertas ramas de la economía europea. El capitalismo no quiere hacerlo. El socialismo es débil para imponerse. Ni el Benelux ha llegado a barrer las fronteras aduaneras, ni Francia i Italia han llegado a acuerdos eficaces para suprimir o atenuar sus respectivos sistemas aduaneros.” Andrés Saborit, “Europa y el Plan Marshall”, *El Socialista*, n.º 5454, 03.03.1949. Andrés Saborit foi militante do PSOE, que participou na reorganização das estruturas socialistas no exílio. “Saborit Colomer, Andrés Avelino”, *Diccionario Biográfico del Socialismo Español*, Fundación Pablo Iglesias (http://www.fpabloiglesias.es/archivo-y-biblioteca/diccionario-biografico/biografias/5591_saborit-colomer-andres-avelino, consultado em 01.05.2014).

⁷⁰ António Martins da Silva, *História da ...* cit., p. 50.

⁷¹ “La conclusión que salta a la vista es que esta unificación de Europa (...) si queremos evitar la catástrofe que nos amenaza a todos, no será realizada ni por conversaciones entre peritos ni por negociaciones entre los Estados soberanos.” André Phillip, “Es necesario que Europa transforme la estructura de su vida económica”, *El Socialista*, n.º 5482, 15.09.1949.

⁷² A integração setorial colocaria em marcha “un cierto número de instituciones económicas, ellas mismas coordinadas por una autoridad política europea capaz de tomar decisiones por mayoría de votos.” André Philip, “Es necesario que Europa transforme la estructura de su vida económica”, *El Socialista*, n.º 5482, 15.09.1949.

⁷³ “Durante el período en que Europa se encamine al logro de una total unión aduanera, aquella debería ser considerada como una unión económica ‘en gestación’ con plena libertad para ayudar y proteger el comercio interno entre sus fronteras.” In “La Salvación de Europa”, *El Socialista*, n.º 5369, 18.07.1947.

⁷⁴ *Ibidem*, n.º 5374, 22.08.1947.

É o pressuposto para a integração política através da economia⁷⁵, a via que mais tarde tomaram Robert Schuman e Jean Monnet. O aprofundamento da integração económica levaria assim a uma unificação política, a uma Europa federal, ao objetivo último de constituição dos Estados Unidos da Europa, tão ambicionados no *El Socialista* dos anos 1948 e 1949. E é efetivamente este o caminho tomado pela integração europeia, em 1951, com a constituição da CECA, e seis anos depois com a assinatura do Tratado de Roma, acontecimentos que não gozarão do mesmo destaque no jornal que os anteriores. Será que morreram as aspirações europeístas do PSOE?

2.3. A CECA e a CEE: o esmorecimento da causa europeia?

Não se registam no jornal notícias sobre a assinatura dos dois tratados, que dão os primeiros passos da Europa para a integração económica e política. Na pesquisa realizada, nas semanas antecedentes e precedentes às datas da assinatura, o tema não aparece. Tão-pouco se noticia o Plano Schuman. Porém, tal ausência não significa o abandono da causa federalista europeia do PSOE, aparentando antes um desalento com a natureza institucional das comunidades criadas.

Uma resolução aprovada pelo Comité Ejecutivo Internacional do MSEUE⁷⁶ é publicada no jornal, a declarar a necessidade urgente da federação europeia⁷⁷ e a propor a formação de uma Assembleia constituinte entre os seis países da CECA, para supressão das lacunas do Tratado da Comunidade Europeia de Defesa (CED).⁷⁸ Uns meses mais tarde, o socialista belga Paul-

⁷⁵ “Es evidente que los poderes de que gozaría el organismo central serían muy extensos. A medida que el proyecto fuese puesto en práctica y su prestigio aumentase, la necesidad de subordinar el organismo al control directo de una asamblea de elección, en vez del control indirecto de varias, se haría urgente. Cuando llegase ese día, el organismo demostraría ser el embrión de un gobierno federal europeo.” *Ibidem*.

⁷⁶ Movimento Socialista para os Estados Unidos da Europa.

⁷⁷ “(...) la Federación Europea se impone aparte de toda consideración de seguridad inmediata. Solo ella puede asegurar un incremento racional y rápido de la producción, una elevación del nivel de vida, y la posibilidad para los pueblos del viejo continente de desarrollar (...) una política autónoma. (...) las exigencias de la defensa contra el expansionismo soviético plantean con imperiosa urgencia la necesidad de federación: a) porque solo ella puede permitir un aumento de nuestro potencial militar (...); b) porque la formación de potentes ejércitos nacionales comprometería definitivamente las tentativas de integración en curso (...); c) porque solo ella puede establecer un equilibrio real en el seno de la coalición atlántica.” In “Movimiento Socialista pro EE. UU. de Europa”, *EL Socialista*, n.º 5617, 22.05.1952.

⁷⁸ *Ibidem*.

-Henri Spaak argumenta a mesma necessidade, considerando insuficientes a CED e a CECA.⁷⁹ A referencia à assinatura do Tratado de Roma figura em tom de crítica, com a notícia do descontentamento da CIOSL⁸⁰ (da qual é membro a UGT, sindicato afeto ao PSOE⁸¹), implicada nas negociações do Tratado, a lamentar “que en lugar de una comunidad real basada en principios democráticos, se mantengan prácticamente todos los derechos de soberanía nacional en la aplicación del tratado”.⁸² A partir dos anos 50, a conceção federalista do partido passa a ser mais defendida nas organizações sindicais do que partidárias.⁸³

Os valores europeus basilares do partido, despoletados pelo europeísmo de Rodolfo Llopis, secretário-geral de 1944 a 1972, não se perdem no partido. No exílio, Llopis, muito próximo dos socialistas franceses León Blum, expoente da ideia de neutralismo europeu na ordem mundial bipolar, e de Guy Mollet, perceberá a importância dos grupos pró-unidade europeia então surgidos. É pela sua ação que o PSOE integrará desde 1945 alguns grupos europeístas⁸⁴ e que o partido manterá até ao fim do exílio as linhas fundamentais inicialmente definidas relativamente à construção europeia⁸⁵.

Conclui-se assim que a ação pró-europeia do PSOE foi acompanhada de uma estratégia oposicionista para manter o regime franquista isolado internacionalmente. O ingresso de Espanha na ONU e a celebração do acordo comercial em 1970 significaram derrotas para os socialistas. Por outro lado, a configuração institucional da CEE e os impasses da construção europeia na década de 60 parecem ter levado ao desalento os espíritos da oposição espanhola, como também observa Abdón Mateos⁸⁶.

⁷⁹ Paul-Henri Spaak, “Necesidad urgente de una Constitución Europea”, *El Socialista*, n.º 5619, 05.06.1952.

⁸⁰ Sigla de: Confederação Internacional de Organização de Sindicatos Livres.

⁸¹ Os dirigentes do PSOE, que também exerciam cargos na UGT, lutaram para que a organização sindical estivesse representada em organizações europeias. A UGT consegue o estatuto de observadora e assessora técnica no Comité Sindical Consultivo da OECE. Cf. Bruno Vargas, “El movimiento socialista español en el exilio y la construcción de Europa (1942-1972)”, in Adolfo de Luxán and Alonso J. Puerta, ob. cit., pp. 51, 52.

⁸² “Los Sindicatos libres y el Mercado Común Europeo”, *El Socialista*, n.º 5868, 28.03.1957.

⁸³ Cf. Bruno Vargas, “El movimiento socialista español en el exilio y la construcción de Europa (1942-1972)”, in Adolfo de Luxán and Alonso J. Puerta, ob. cit., pp. 45, 46.

⁸⁴ O PSOE integra o Movimento para os Estados Unidos Socialistas da Europa. Llopis chega a integrar o Bureau Internacional deste grupo, onde se defende a ideia de que a Europa unida poderá constituir-se como terceira via entre os EUA e a URSS. Cf. Idem, *ibidem*, p. 45.

⁸⁵ Cf. Idem, *ibidem*, pp. 41-62; José Carlos G. Velázquez, España en Europa ..., cit., pp. 75-95.

⁸⁶ “Europa en la política de presencia internacional” ... cit., p. 354.

Contudo, é inegável, pelo anteriormente exposto, que a ideia para o futuro da Europa que encontramos nos artigos do *El Socialista* não se confina a uma mera pretensão utilitária do partido enquantopositor, mas que se funda, por um lado, no seu ideário socialista e nas persistências do legado marxista – por exemplo, ao defender-se para a aplicação do Plano Marshall um planeamento económico comum de alguns setores – e por outro, na motivação pela definição de um projeto que garanta à Europa um futuro político na ordem mundial saída do pós-guerra. Esta pretensão só poderá ser viabilizada através da união política, diga-se da federação. Não esqueçamos também a proximidade com os socialistas franceses e a restante social-democracia europeia, responsáveis também pelo facto de o europeísmo ter sido “uno de los componentes de la cultura política del socialismo español en el exilio.”⁸⁷

3. Socialistas portugueses: despertar tardio para a federação europeia

A 7 de abril de 1964, Mário Soares, Ramos da Costa e Tito de Morais constituem, em Genebra, a ASP – Ação Socialista Portuguesa. Estrategicamente, a organização nasce com um conteúdo programático e ideológico pouco definido, com a intenção de agrupar várias correntes socialistas, das mais moderadas às mais “esquerdistas”⁸⁸. Para que não se resumisse a uma organização de exílio, era necessário que se estruturasse também no interior⁸⁹. No exterior, urgia estabelecer uma rede de contactos com partidos socialistas e social-democratas europeus, com a Internacional Socialista (IS) e outras organizações, tarefa incansável de Ramos da Costa⁹⁰, no exílio em Paris, coadjuvado por Tito de Morais⁹¹. Mário Soares fica inicialmente encarregue pela representatividade e estruturação da ASP no interior, até ao seu exílio em 1970. A organização cresce e evolui para o PS graças à ação coordenada destes três homens.

⁸⁷ Abdón Mateos, ob. cit., p. 352.

⁸⁸ Susana Martins, *Socialistas na Oposição ao Estado Novo*, Cruz Quebrada, Casa das Letras, 2005, p. 97. A indefinição programática prendia-se também com a intenção de conquistar terreno ao PCP, principal partido da oposição, podendo captar alguns dissidentes comunistas.

⁸⁹ Idem, *ibidem*, p. 98.

⁹⁰ No exílio, a partir do Golpe Militar de Beja, em 1962, Ramos da Costa realiza uma incansável atividade de iniciação de contactos com o socialismo e social-democracia europeia. É o primeiro socialista português a entrar em contacto com a IS através de Willy Brandt e Olof Palme. Fernando Rosas, J.M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, volume I, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, p. 235.

⁹¹ Inicialmente a partir da Argélia e posteriormente de Itália.

3.1. O chamamento da Europa neutralista

O PCP era em Portugal o grande partido da oposição, facto que Salazar propagandeava numa Europa onde crescia o temor pelo expansionismo soviético. O Estado Novo, tal como o franquismo, sobrevivera à derrota dos fascismos da Segunda Guerra Mundial, mas, ao integrar a NATO e a OECE, não sofreu da marginalização de Madrid. Porém, a abertura de Salazar era aparente, já que o regime se mantinha avesso a qualquer projeto de integração política europeia, crente em que o futuro de Portugal estava na continuação da política ultramarina⁹². Será a oposição socialista a iniciar um projeto que prega pela abertura de um Portugal democrático à Europa, esboçando uma política externa para o país antagónica à de Salazar.

Mário Soares será o arquiteto por excelência dessa alternativa para Portugal. Dissidente comunista, depois da “travessia no deserto”⁹³, as leituras do *Nouvel Observateur* oferecem-lhe a descoberta de uma linha neutralista para a Europa e o desenvolvimento de um pensamento novo na oposição portuguesa⁹⁴. O jornal francês fizera-o refletir sobre a abdicação das posições de Washington e Moscovo, iniciando uma nova era na sua vida política e intelectual, que representa o início da europeização do seu pensamento e da política europeísta da ASP e do PS. Ramos da Costa, em França desde a década de 60, assistia também ao arranque da CEE. Os socialistas portugueses, sob protagonismo do discurso de Soares, enveredarão também pela ideia de uma Europa como terceira via, muito teorizada pelo socialismo francês⁹⁵, como já referido anteriormente. Se a ASP pretendia internacionalizar-se, credibilizar-se como

⁹² Da Europa, Salazar só pretendia alternativas à incapacidade do próprio regime: integrar-se num sistema de defesa (NATO) que lhe garantisse proteção face ao comunismo; beneficiar de ajuda económica e integrar-se num espaço comercial que contribuísse para o equilíbrio da sua balança comercial (OECE e EFTA). A integração nestas organizações oferecia-lhe a garantia de não afetação da sua soberania política.

⁹³ Período em que após a saída do PCP, Soares procurava um caminho ideológico a seguir, tentando aproximações com alguns grupos partidários. Cf. Teresa de Sousa, *Os Grandes Líderes, Mário Soares*, São Paulo, Editora Nova Cultural, 1988, pp. 37-52.

⁹⁴ “Tentei, assim, ultrapassar os esquemas teóricos que até aí me tinham servido de amparo, como bordões pré-elaborados, muitas vezes para situações diversas ...” Mário Soares, *Portugal Amordaçado*, Lisboa, Arcádia, 1974, p. 193.

⁹⁵ O francês León Blum foi grande defensor da ideia, desenvolvida após a Segunda Guerra Mundial, defendendo um projeto de unidade Europeia que fizesse da Europa uma terceira força no equilíbrio geopolítico mundial, apaziguadora das tensões bipolares. Cf. Byron Criddle, *Socialists and European Integration*, cit., pp. 31-38; Pascal Delwit, *Les Parties Socialistes ...* cit., pp. 57-61, 193-198.

oposição na Europa e via na ideia de união europeia um caminho a seguir, teria de apressar-se a *apanhar o comboio*.

3.2. Chegada tardia à Europa, mas capaz de recuperar o tempo perdido

A ASP constitui-se quando a CEE já ensaiava o Mercado Comum. Os socialistas portugueses chegam tarde à Europa, tendo perdido o tempo oportuno de se integrarem nos vários grupos defensores da unidade europeia então surgidos, de se doutrinarem na época auge da exaltação e entusiasmo da ideia. Além disso, a prioridade após a constituição da ASP era a construção da sua estrutura organizativa no exílio e iniciar uma rede de contactos internacionais, tarefa que ocupará principalmente Ramos da Costa, que se desdobra em encontros e presenças em congressos e reuniões com várias organizações. É ele que estabelece os primeiros contactos com grupos europeus, sendo fundamental para a projecção internacional de Soares.⁹⁶

3.2.1. Campanha intensa Na Europa e Pela Unidade Europeia

A denúncia da cumplicidade das democracias ocidentais com o regime português⁹⁷ e a sua condenação, pelo atropelo aos direitos humanos e pelo depauperamento da população, são temas recorrentes da oposição socialista portuguesa. A caracterização deste Portugal ditatorial é feita em contraposição à Europa.

a) Europa: um padrão económico e político

Na década de 60, a ideia que a ASP veicula sobre a Europa é ainda embrionária, mas vai começando a definir-se. Soares vê no continente um padrão de desenvolvimento económico, que contrasta com a situação portuguesa: “A expansão económica da Europa Ocidental (...) toca-nos por uma forma ínfima. E todo o nosso sistema económico-político é repulsivo das concepções dominantes na Europa Ocidental.”⁹⁸ No comparativo com o paradigma eco-

⁹⁶ Embora só parta para o exílio em 1971, Soares começa a gozar de projecção internacional com o caso do assassinato de Humberto Delgado, tornando-se advogado da família, e com a deportação para São Tomé, alvo de uma campanha internacional pela sua libertação.

⁹⁷ Pela integração na NATO, na OECE e na ONU.

⁹⁸ “Nos 40 Anos do Estado Novo – Um Projeto”, abaixo-assinado, dirigido ao Presidente da República, em 1966, redigido por Mário Soares, Arquivo Mário Soares, pasta 00002.000, imagens 71-97; Casacomun.org, (http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93313, acedido em 1.05.2014). Ideia presente noutras manifestações: Mário Soares, “Uma Entrevista que não foi

nómico europeu, subentende-se a necessidade de mudança de regime, cuja ausência de democracia é causa do subdesenvolvimento português. Perante a degradação económica do país, coloca-se a necessidade de integração no Mercado Comum, mas apenas sob a condição de democratização.⁹⁹ “Urge acabar com o isolamento ensimesmado em que nos confinamos (...)”¹⁰⁰.

Mas se estas manifestações sugerem a integração europeia de um Portugal democrático, não está explícito de que forma a ASP entende o processo. Apenas uma associação económica? Ou uma integração política? As respostas nesta fase ainda não são claras, mas Soares já revela uma noção crítica acerca do projeto europeu.

b) Contactos com o Movimento Europeu e a simpatia pelos Estados Unidos da Europa

Nas crónicas Fogo Solto, escritas para o jornal *República*¹⁰¹, Soares não só revela estar a par da política comunitária, como evidencia uma visão sobre o futuro papel internacional da Europa, ao considerar que a política externa europeia não pode ser conduzida somente pela França. “Daí deriva a necessidade de construir, efectivamente, a Europa, sem exclusão da Inglaterra, porque só a Europa poderá ser um factor de estabilização política essencial num mundo dividido e que os dois super grandes cada vez menos controlam e que se revela cada vez mais sujeito a vários pólos de atração.”¹⁰² Descortina-se a noção de um papel mediador da Europa no mundo e uma oposição à política

publicada”, entrevista de Raul Rego, 1968, Arquivo Mário Soares, pasta 00031.000, imagens 66-80, Casacomun.org, (http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93344, acedido em 1.05.2014); “À Nação”, manifesto redigido por Mário Soares e subscrito por vários socialistas, in Mário Soares, *Escritos Políticos*, 4ª edição, Lisboa, Editorial Inquérito, pp. 209-228.

⁹⁹ “Com efeito, sem uma reforma profunda das estruturas, das mentalidades e dos hábitos, e sem uma larga preparação do país ao ritmo europeu, o que implica, desde logo, a supressão do sistema corporativo, com o seu dirigismo económico e os múltiplos condicionalismos, a existência de sindicatos livres e o reconhecimento da livre iniciativa sem protecionismos a certos monopólios (conseguidos à sombra do poder político) como, sem isso, Portugal poderá integrar-se, ou por qualquer forma associar-se aos países democráticos e de economia liberal que constituem o mercado comum?” “Nos 40 Anos do Estado Novo – Um Projeto”, cit.

¹⁰⁰ Idem, *ibidem*.

¹⁰¹ As crónicas foram cortadas pela censura.

¹⁰² Mário Soares, “Fogo Solto – Direitos do Homem”, crónica para o jornal *República*, 26.02.1964, Arquivo Mário Soares, pasta 02263.002, imagens 42, 43, CasaComun.org, (http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93331, acedido em 01.05.2014). A crónica foi cortada pela censura.

gaullista que por esta altura se impunha nas Comunidades Europeias¹⁰³. Em crónicas seguintes, Soares realça o papel neutral e estabilizador da Europa, enaltecendo a Declaração de Bonn da Comissão para os Estados Unidos da Europa.¹⁰⁴

Na década de 60, a ASP tentará também criar uma secção portuguesa do Movimento Europeu (ME). Ramos da Costa multiplica contactos com o Movimento e o seu secretário-geral¹⁰⁵ e com Mário Soares¹⁰⁶, que em Portugal fica encarregue de reunir as assinaturas necessárias para formalizar o pedido à organização. Apesar de, em 1966, Soares conseguir reunir a quantidade de signatários necessários e de ter sido formalizado o pedido ao ME¹⁰⁷, o objetivo acaba por não se concretizar, pela alegada recusa de um dos signatários,

¹⁰³ Nomeadamente com o veto à candidatura britânica à adesão e a pretensão de construir a sua Europa dos Estados. Cf. Bino Olivi, *L'Europe difficile* ... cit., pp. 61-101.

¹⁰⁴ “(...) insistindo em que a ‘comunidade se deverá estender aos outros países democráticos da Europa’ e na reunião dos alemães (e não da Alemanha!) no quadro de uma política de coexistência pacífica; propugnando uma política de relações de igualdade entre a Europa e a América para a definição duma estratégia comum global – a declaração de Bonn da Comissão para os Estados Unidos da Europa revela uma preocupação de realismo que importa destacar.” Mário Soares, “Fogo Solto – Estados Unidos da Europa”, crónica para o jornal *República*, de 7.08.1964, Arquivo Mário Soares, pasta 02263.003, imagens 116, 117 (crónica cortada pela censura), (s.d.), CasaComum.org, (http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93332, acedido em 01.05.2014).

¹⁰⁵ Ramos da Costa troca várias cartas e contacta pessoalmente com o secretário-geral do Movimento Europeu, Robert van Schendel. Francisco Ramos da Costa, Correspondência, Pasta 04285.005, imagens 3, 4, 6, 10, CasaComum.org, (http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_80538, acedido em 1.05.2014).

¹⁰⁶ Em 1963, Ramos da Costa envia várias cartas a Mário Soares com esse intuito. “Devem, quanto antes, dirigir para a morada do amigo de Bruxelas, que indicamos, uma declaração subscrita pelas pessoas já designadas, se possível, indicando a filiação política. Liberais, cristãos democráticos e socialistas, em que se diga expressamente que se pretende constituir em Portugal uma Associação do Movimento Europeu.” Carta de Ramos da Costa dirigida a Mário Soares, 14.02.1963, Francisco Ramos da Costa, pasta 04281.003, imagens 7-8, CasaComum.org, (http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_80638, acedido em 01.05.2014). Em correspondência no mesmo ano, Ramos da Costa volta a frisar a urgência do assunto: Cartas de Ramos da Costa a Mário Soares, 29.05.1963 e 3.11.1963, Francisco Ramos da Costa, Pasta: 04281.003, imagens 15, 33, CasaComum.org, (http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_80638, acedido em 01.05.2014).

¹⁰⁷ Carta de Mário Soares a Ramos da Costa, 07.02.1966, Francisco Ramos da Costa, Correspondência, pasta 04281.007, imagem 6 (s.d.), CasaComum.org, (http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_80634, acedido em 01.05.2014).

levando Ramos da Costa ao desalento.¹⁰⁸ A iniciativa tornou-se impossível durante o regime¹⁰⁹.

Um dos objetivos da ASP para criar uma delegação portuguesa do ME era, através do assento obtido, exercer uma vigilância sobre a política europeia para com Portugal, mantendo o regime isolado de novos projetos unitários que pudessem surgir. Assim fez Ramos da Costa no Congresso do ME em 1965, para o qual foi convidado e onde se discutia o possível convite a países da EFTA para integrarem o MC. Ramos da Costa frisou a imprescindibilidade da democratização de Portugal para tal¹¹⁰. E perante um regime democrático em Portugal, admitiriam realmente os socialistas portugueses a adesão do seu país às Comunidades? Partilhavam eles do ideal de unidade europeia?

c) O exílio e a intensificação do debate: integração portuguesa e poderes para o Parlamento Europeu

Em 17 de abril 1970, ainda antes do exílio, Mário Soares discursa, a convite¹¹¹, na Assembleia do Conselho da Europa (CE) sobre o tema direitos

¹⁰⁸ “Em tempos fiz tudo quanto era possível fazer para entrar para os organismos europeus. Levei o Mário a Bruxelas, apresentei-o no Conselho no Movimento Europeu, levou todos os elementos para constituir o homólogo português deste organismo, com representantes das 3 correntes democráticas: socialistas, democratas-cristãos e liberais. Tudo parecia ir pelo melhor: promessas e mais promessas de que chegaria a almejada carta de adesão e eu lá ia alimentando o fogo sagrado junto do secretário geral e meu amigo Robert van Schendel, com justificações de demora arranjadas para o efeito. Dessa vez esbarrou-se com o Cunha Leal e não foi possível descobrir outro liberal no país. Depois deste desaire não tive mais cara para aparecer ao meu amigo van Schendel.” Carta de Ramos da Costa a Tito de Morais, 02.02.1970, Francisco Ramos da Costa, Correspondência, pasta 04280.007, imagem 13, CasaComum.org, (http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_80620, acedido em 01.05.2014).

¹⁰⁹ “Breve testemunho por Mário Soares”, (<http://www.movimento-europeu.eu/testemunhos.html> consultado em 31.03.2014). Só em 1980 se funda o Conselho Português do Movimento Europeu. “O Movimento Europeu em Portugal”, (http://www.movimento-europeu.eu/apresentacao_a.html, consultado em 31.03.2014).

¹¹⁰ “Falava-se da entrada dos sete sem necessidade prévia de Portugal reformar as suas estruturas políticas e económicas para entrar numa comunidade cujas instituições supranacionais estão submetidas ao princípio de eleição democrática e não de culminar num parlamento europeu, cujos membros serão eleitos por sufrágio direto. Levantei o caso da nossa exceção e consegui que fosse inscrita a necessidade prévia de reformas das estruturas em Portugal como condição para a sua entrada.” Carta a Tito de Morais, 13.10.1965, Francisco Ramos da Costa, correspondência, pasta 04280.004, imagem 102, CasaComum.org, (http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_80613, consultado em 01.05.2014).

¹¹¹ Carta do Conselho da Europa enviada a Mário Soares, a confirmar o convite do Professor Hofer, Secretário do Comité de Países Não Membros, ao socialista português, para discursar na Assembleia a 17 de abril, em Estrasburgo, 14.04.1970. Nesta carta, confirma-se a presença

humanos. A par com a denúncia de violação dos direitos humanos em Portugal, começamos a encontrar aqui respostas claras às questões anteriormente formuladas. “Nós, como democratas, desejamos juntar-nos à Europa – por ser do nosso interesse, assim como, do interesse da Europa democrática (...)”¹¹².

Com o exílio em Paris, a partir de 1970, Soares começa a concretizar a constatada necessidade de demarcação do PCP e europeização da ASP¹¹³, a par da intensificação da aprendizagem e da veiculação de uma ideia de unidade Europeia e sobre o futuro de Portugal. A ASP consegue um lugar de observador no Grupo Socialista da Assembleia Consultiva do CE, em 1973, e assento como observadora nos VIII e IX Congressos do Bureau dos Partidos Socialistas das Comunidades¹¹⁴. Em junho de 1972, a IS formaliza a aceitação da ASP como membro, no seu XII Congresso, onde Soares discursa.¹¹⁵

de Soares. Arquivo Mário Soares, pasta 02390.000, imagem 5, (s.d.), “Conselho da Europa”, CasaComum.org, (http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93428, consultado em 01.05.2014).

¹¹² Mário Soares, “Statement by Mr. Mário Soares”, declaração na Assembleia Consultiva do Conselho da Europa, 17.04.1970, Arquivo Mário Soares, pasta 02390.000, imagens 69-75, CasaComum.org, (http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93428, consultado em 01.05.2014).

¹¹³ Apesar de já manifesta, esta constatação torna-se evidente com as eleições de 1969, às quais a ASP concorre num grupo independente dos comunistas – a CEUD – Comissão Eleitoral de Unidade Democrática. As eleições trazem a Portugal Hans Janitschek, Secretário-Geral da IS, demonstrando a Soares que havia que apostar definitivamente na internacionalização da organização e numa clara demarcação do PCP. “Sempre pensei que uma das razões da longa permanência do salazarismo, resultou da situação de isolamento internacional das forças democráticas (...). A oposição democrática, isolada de todos os contactos com a Europa, inteiramente desconhecida no estrangeiro, viveu, até há muito pouco tempo, numa espécie de gueto político. (...) as únicas ligações, no plano político, que se foram estabelecendo entre a Oposição Portuguesa e os meios democráticos e progressistas europeus seguiam normalmente os canais comunistas ou para-comunistas.” Mário Soares, in Maria João Avelaz, *Soares, Ditadura e Revolução, entrevista a Mário Soares*, Lisboa, Público, 1996, p. 224. Efetivamente, os detalhes da situação portuguesa eram bastante desconhecidos no estrangeiro: “Nessa altura, não havia muita gente fora de Portugal que soubesse muito sobre o país, exceto que tinha, juntamente com Espanha, ajudado a evitar a derrota dos outros poderes fascistas, Alemanha e Itália, e que foi aceite na NATO, nas Nações Unidas e na EFTA.” Hans Janitschek, *Mário Soares, Portrait of a Hero*, George Weidenfeld & Nicolson Limited, London, 1985, pp. 6, 7.

¹¹⁴ Susana Martins, ob. cit., p. 196.

¹¹⁵ Mário Soares, “Na Internacional Socialista”, discurso pronunciado no XII Congresso da Internacional Socialista, realizado em Viena de Áustria, 28.06.1972, in Mário Soares, *Escritos do Exílio*, Amadora, Bertrand, 1975, pp. 154-158.

Tornava-se evidente a vantagem¹¹⁶ de fazer evoluir a ASP para um partido, o que vem a acontecer em 19 de abril de 1973, com a constituição do PS¹¹⁷. Além da definição de um programa, que teria de incluir “uma posição responsável em matéria de política internacional”, Soares considera crucial o estudo das matérias internacionais e, apesar de já disporem de um observador junto da conferência dos partidos socialistas do CE, era necessário “ir muito mais longe no conhecimento dos vários organismos de integração Europeia (...)”¹¹⁸

No exílio, o líder do PS consolidara a importância da Europa comunitária para a definição de um projeto de futuro para Portugal. A Europa enquanto ideal de unidade ocupará crescentemente um espaço estruturante no seu pensamento político. Os contactos que estabelece com o Movimento Federalista Europeu (MFE) permitem-lhe ir mergulhando no modelo federalista para uma união europeia, recebendo circulares informativas do grupo sobre debates relativos a diversas áreas comunitárias.¹¹⁹

O MFE será mais um meio de inserção do PS na agenda europeia. A oposição portuguesa, juntamente com a espanhola e grega, mostrara-se concordante com a proposta de lei para a “eleição direta dos membros nacionais do Parlamento Europeu” e com a “extensão das suas competências”¹²⁰. No ano seguinte, é aprovada uma resolução do MFE, com tónica no federalismo como propulsor do final das ditaduras e base para o ansiado neutralismo europeu: “Apenas a criação de uma Europa unida, sobre uma base federal, permitirá o

¹¹⁶ Soares percebeu que “como representante do partido disporia de um instrumento para falar de igual para igual com os restantes delegados da Internacional Socialista e que teria outros apoios.” Mário Soares, in Maria João Avelaz, *Soares, Ditadura ... cit.*, p. 256.

¹¹⁷ Ata da reunião de fundação do PS, 19.04.1973, Arquivo Mário Soares, pasta 00022.000, imagem 3, CasaComum.org, (http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93494, consultado em 01.05.2014).

¹¹⁸ *Destruir o Sistema, Construir uma Nova Vida*, Relatório do Secretário-geral do PS, lido, discutido e aprovado em maio de 1973, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra, 329 (469), pp. 69-70.

¹¹⁹ “Plan par Etapes en vue de la Constitution d’un Etat Fédéré Européen, adopté par le 19ème Congrès de L’Europe-Union Deutschland”, realizado em Bona, em 11 e 13 de setembro de 1971, Bruxelas, 12.10.1971 e “L’Europe Economique et Monétaire Rapport Introductif de la Section II”, relatório de Guiseppe Petrilli apresentado ao Congrès de L’Europe, Bonn – Bundeshaus, 12.13.05.1972, Arquivo Mário Soares, pasta 02518.001, imagens 38-45, CasaComum.org, (http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93457, consultado em 30.04.2014).

¹²⁰ As oposições portuguesa, espanhola e grega veem ainda, no sucesso da iniciativa, um reforço da Europa democrática, com que contam “para os ajudar a reverter aquelas ditaduras”. Comunicado de Imprensa do Movimento Federalista Europeu, 29.10.1971, Arquivo Mário Soares, pasta 02518.002, imagem 162, CasaComum.org, (http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93458, acedido em 01.05.2014).

estabelecimento de uma política exterior e defensiva comum a toda a Europa. Assim se estabelecerão as condições para exercer uma pressão efetiva sobre os governos ditatoriais grego, português e espanhol, forçando-os a sair da sua atual dependência em relação aos Estados Unidos.”¹²¹

Soares insere a ideia europeísta na sua retórica de oposição ao Estado Novo, reclamando os socialistas portugueses como guardiões do projeto europeu para o país. “Se existe um socialismo europeu e ocidental somos nós que o representamos em Portugal. (...) Se Portugal tiver de se tornar europeu, é necessário que a Europa nos estenda a mão, que nos ajude a sair do pântano.”¹²² O discurso do socialismo europeu relativamente à integração europeia já se reproduz na teorização política de Soares: “Sou, portanto, um europeísta, mas sou pela Europa dos trabalhadores e não pela Europa dos *trusts*.”¹²³ E se, por um lado, o socialismo é condição para a construção europeia, a democracia é condição para a integração europeia de Portugal: “Enquanto Portugal não for dotado de instituições democráticas não lhe será consentido associar-se à Comunidade Europeia”, que “não é apenas uma associação de integração económica; é, também, uma associação política, que visa fins supra-nacionais e cuja unidade deriva do facto de todos os países que a compõem terem instituições democráticas.”¹²⁴

A partir de 1970, os socialistas portugueses consolidam a sua estratégia de oposição na Europa, delineando uma política externa para Portugal antagónica à do Estado Novo. Salazar tinha fechado as portas à Europa. A entrada cautelosa de Portugal na NATO, em 1949, não significou uma abertura diplomática ao Ocidente. Num clima de Guerra Fria, foi apenas a alternativa de

¹²¹ “Resolução Relativa às Ditaduras do Mediterrâneo”, anexa à Ata da Reunião do Comité do Movimento Federalista Europeu, realizada a 6 e 7 de novembro de 1971, enviada em Carta do Movimento Federalista Europeu a Mário Soares, 02.02.1972, Arquivo Mário Soares, pasta 02518.001, imagens 9-27, CasaComum.org, (http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93457, consultado em 01.05.2014).

¹²² Mário Soares (na qualidade de Secretário-geral), Ramos da Costa e Tito de Morais, “Rapport Confidentiel”, Comité Diretivo da ASP sobre o quadro político português em 1972, 9.01.1973, Arquivo Mário Soares, pasta 00517.001, imagens 23-31, CasaComum.org, (http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93328, consultado em 01.05.2014).

¹²³ In “Sou pela Europa dos Trabalhadores e não pela Europa dos Trusts, declarou Mário Soares à República”, provas tipográficas da entrevista a Mário Soares, cortada pela censura, 30.04.1972, Arquivo Mário Soares, pasta 00007.001, imagens 21-25, CasaComum.org, (<http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=00007.001.002>, acessado em 01.05.2014).

¹²⁴ Mário Soares, “Portugal 73 – Entrevista concedida por Mário Soares a Avelino Rodrigues”, outubro de 1973, Arquivo Mário Soares, pasta 00517.001, imagens 185-198, CasaComum.org, (http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93328, acessado em 01.05.2014).

defesa possível e conveniente, por assegurar a não interferência na política nacional¹²⁵. A concretização do Pacto coadunava-se com o mantimento da política externa *salazarista*, cujo imperativo era manter o regime isolado e virado para África.¹²⁶

A integração na OECE e a aceitação do Plano Marshall foram também meras respostas pragmáticas. A necessidade económica de Portugal impunha a utilidade da oferta norte-americana.¹²⁷ E apesar de em 1972 a realidade económica do país levar o Governo a negociar o acordo comercial com a CEE, o regime continuará a seguir os ditos de Salazar, reclamando a incompatibilidade de uma vertente política portuguesa de “feição atlântica”¹²⁸ com uma perspectiva europeia.

“O prosseguimento de uma certa política ultramarina conduziu o nosso país a dificuldades crescentes no plano internacional e a uma situação de isolamento internacional nunca antes experimentada e que ficou expressa na frase tristemente célebre ‘orgulhosamente sós’!”¹²⁹ Os socialistas construíram uma alternativa à política isolacionista do regime, através da integração europeia, com Soares a retomar as posições europeístas republicanas dos finais do século XIX, início do XX, em Portugal. Os ventos liberais que chegavam da Europa e a insatisfação com o sistema monárquico levam vários republicanos, como Antero de Quental, Teófilo de Braga, Magalhães Lima e Teixeira Bastos, a perfilhar de modelos federalistas como solução para os problemas do país e da Europa. Alguns, adeptos de um federalismo latino, outros, levados por uma certa anglofobia, de um federalismo ibérico,¹³⁰ o certo é que viam a

¹²⁵ “Seja como for, sentimo-nos obrigados pelas obrigações do Pacto e pela sua finalidade geral, não por afirmações doutrinárias tendentes à uniformização de regimes políticos sobre cujas virtudes no nosso país estamos suficientemente esclarecidos.” A. de Oliveira Salazar, “Portugal no Pacto do Atlântico”, discurso proferido na Assembleia Nacional em 25 de julho de 1949, cit. in António Martins da Silva, *Portugal e a Europa, distanciamento e reencontro*, Viseu, Palimage Editores, 2005, p. 297.

¹²⁶ Cf. António Martins da Silva, *Portugal e a Europa, distanciamento ... cit.*, pp. 264-304.

¹²⁷ Cf. Maria Fernanda Rollo, *Portugal e a Reconstrução Europeia no Pós-guerra: o Plano Marshall e a economia portuguesa nos anos 50*, Lisboa, Instituto Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007, pp. 170-201.

¹²⁸ Cit. in António Martins da Silva, *Portugal e a Europa, distanciamento ... cit.* p. 393.

¹²⁹ Mário Soares, “Política Externa”, resposta a um inquérito promovido pela *Capital*, 14.10.1969, Arquivo Mário Soares, pasta 00032.000, imagens 51-52, CasaComum.org, (http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93343, acedido em 01.05.2014.)

¹³⁰ Cf. António Martins da Silva, “Portugal e a Europa, o discurso europeu e federalista da monarquia à república”, in *Revista da História da Sociedade e da Cultura* 3, Centro de Sociedade e da Cultura, Universidade de Coimbra, Palimage, 2003, pp. 197-260; Maria da Conceição

solução para os problemas do país em referências ideológicas europeias e em formas de associação ao velho continente.

Retomando esta linha histórica do pensamento político português, Soares figura entre os socialistas portugueses, durante o exílio, como o expoente da veiculação de um discurso fundamentado sobre a unidade europeia e a integração de Portugal. Na diversa documentação consultada para este trabalho, não se encontraram manifestações de outros socialistas sobre o tema.¹³¹ Soares é o timoneiro da pregação europeia. O exílio é o desbravar de uma aprendizagem política e doutrinação teórica, que alicerçam o seu projeto para o futuro de Portugal e o pensamento sobre o futuro da Europa unida. Duas faces da mesma moeda, concepções que serão desenvolvidas e aprofundadas ao longo da sua vida política¹³².

4. Diferentes partidas para chegar à mesma meta: conclusões e novas questões

A esquerda europeia, animada pela ascensão de alguns partidos aos governos no pós-guerra¹³³, constrói um discurso influente no campo da discussão sobre o futuro político da Europa. O PSOE e o PS revelam, na sua ação oposicionista, comungar da posição dominante no socialismo europeu relativamente à unidade europeia e de conceber o futuro dos seus países, após a transição democrática, ligado a essa Europa unida. Usam as instâncias e os grupos europeus como fator de denúncia dos seus regimes e pressão para manterem o isolamento das ditaduras.

Meireles Pereira, “Iberismo e Nacionalismo em Portugal da Regeneração à República. Entre a Utopia e a Distopia”, in *Revista de História das Ideias*, vol. 31, Coimbra, FLUC, 2010, pp. 257-284; Angel Marcos de Dios, “Deux ibéristes différents: Antero et Unamuno”, in *Antero de Quental et l’Europe*, Actes du Colloque, Paris, 13,14.06.1991, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, 1993, pp. 137-146.

¹³¹ Nas 40 edições do *Portugal Socialista*, jornal da ASP na clandestinidade, publicado de maio de 1967 a dezembro de 1973, a partir de Itália, não se encontram artigos sobre o tema. Também no arquivo de Ramos da Costa não se encontraram artigos seus teóricos sobre o assunto.

¹³² Cf. Dina Sebastião, *Mário Soares e a Europa: pensamento e ação*, dissertação de mestrado em História Contemporânea: economia, sociedade e relações internacionais, apresentada à Faculdade de Letras da UC, Coimbra, 2010, pp. 96-144 (<http://hdl.handle.net/10316/18136>, acedido em 30.04.2014).

¹³³ Ressalve-se que em alguns países onde a esquerda chega ao poder, como no Reino Unido, com o Partido Trabalhista, o debate europeu é polémico. Cf. Pascal Delwit, *Les Parties ... cit.*, pp. 129-175.

Neste aspeto, é irrefutável que o discurso relativo à unidade europeia está ancorado a uma intenção utilitarista da oposição ibérica. Porém, não se pode reduzi-lo a uma mera retórica de oposição. A ideia sobre unidade europeia veiculada pelos partidos, muito mais fundamentada pelo PSOE, insere-se num projeto integrado de futuro para Portugal e Espanha e para a viabilidade da Europa no contexto geopolítico mundial emergente da Guerra Fria.

A defesa do neutralismo europeu, do socialismo como pressuposto da integração económica europeia e do reforço de poderes de um Parlamento Europeu são linhas comuns entre PS e PSOE, que remetem para as bases de pensamento de congéneres europeus, nomeadamente os franceses.¹³⁴ Na época em análise, isto é bem mais evidente e teorizado pelo PSOE do que pelo PS.

Mas apesar da abismal diferença de longevidade dos partidos e das suas relações internacionais, o PS conseguiu *ir a tempo* de definir, como o PSOE, essa vertente europeísta e dar a conhecê-la na Europa. Regista-se, contudo, diferenças no modo e consolidação de ideias e projetos europeus entre os dois. O PSOE é um partido com um europeísmo mais explícito, com um discurso mais fundamentado e teorizado, para o que contribui o seu historial mais longo e o facto de ter acompanhado o momento efervescente da ideia de unidade europeia. Por essa altura, 1948-49, ainda Soares e Ramos da Costa¹³⁵ estavam afetos ao PCP. O tempo e os acontecimentos vivenciados foram poucos para que os portugueses pudessem doutrinar-se, estudar e divulgar a sua ideia europeia mais fundamentadamente.

Também nos dois casos, o debate europeu partidário parece ser personalizado. No espanhol, por Indalecio Prieto e Rodolfo Llopi e no português por Mário Soares. Se Ramos da Costa e Tito de Morais foram os timoneiros em estabelecer contactos europeus para a ASP, Soares foi o timoneiro no estudo e veiculação da uma ideia sobre a construção europeia. Embora mais consolidada num partido do que noutro, a integração europeia marcará a orientação política futura dos dois. No caso português, a retaguarda europeia será deveras importante para o papel do PS no desfecho da transição democrática portuguesa¹³⁶ e para todo o pensamento futuro político de Soares¹³⁷. Da mesma forma, a opção europeia permanecerá no futuro do PSOE, valendo-lhe a “eti-

¹³⁴ Cf. idem, *ibidem*, pp. 55-64.

¹³⁵ Os dois políticos são ambos dissidentes comunistas.

¹³⁶ Cf. Dina Sebastião, *Mário Soares, ... cit.*, pp. 54-95.

¹³⁷ Cf. Idem, *ibidem*, pp. 96-143.

queta de primer partido democrático pro europeo del antifranquismo”¹³⁸, o que influenciará a Espanha rumo à Europa.

Depois de quase em simultâneo terem assistido ao fim das ditaduras, os dois partidos, apesar de terem embarcado no *comboio europeu* em momentos muito desfasados, cruzam-se na assinatura dos tratados de adesão dos dois países ibéricos, em 12 de junho de 1985. O PS mantinha o líder do exílio, Mário Soares, enquanto o PSOE vivia uma liderança diferente, com Felipe González. Apesar da diferença, é óbvia a permanência da opção europeia dos dois partidos. Mas será que o discurso é o mesmo? Como teorizam os partidos em democracia o futuro do projeto europeu? Como o fundamentam e o que aspiram da Europa enquanto partidos de governo? Que influencia teve o processo de integração, os avanços económicos e monetários da Europa no seu pensamento? Ter-se-á mantido o mesmo cunho socialista que os orientou no pós-guerra?

São questões que merecem uma continuidade de investigação, que contribuirá para um entendimento integrado acerca do posicionamento dos partidos socialistas europeus sobre a evolução comunitária. No que concerne ao papel dos socialistas ibéricos no pedido de adesão e condução das negociações dos dois países, estão já feitos alguns estudos, que não anulam a pertinência em continuar a investigação direcionada para perceber a ideia sobre a futuro das Comunidades Europeias, mais tarde União Europeia, a ideia sobre a evolução da das Comunidades Europeias, mais tarde União Europeia, que estes partidos desenvolveram em democracia.

¹³⁸ Bruno Vargas, “El Movimiento Socialista Español ... cit. p. 62.